

Renda do trabalho registra maior alta desde o Plano Real

Renda do trabalho dos brasileiros tem a maior alta desde o Plano Real

Aumento chega a 11,7% em 2023 na esteira de maior gasto público, mas pode não se sustentar

Fernando Canzian

SÃO PAULO A renda do trabalho dos brasileiros em 2023 teve o maior salto desde o Plano Real, quando a queda abrupta da inflação, a partir da metade de 1994 e em 1995, promoveu forte aumento do poder de compra no país. Enquanto o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 2,9% em 2023, houve aumento real, acima da inflação, de 11,7% na massa de rendimentos do trabalho. É quase o dobro do composto de 2022 (6,0%) e o melhor resultado desde 1995 (12,0%), segundo cálculos de Marcos Hecksher, da Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Doutor em Ciências de Marcelo Neri, diretor da FGV Social, mostram que a renda real domiciliar per capita saltou 12,6% no ano passado. A conta considera a renda das famílias dividida pelo número de membros. Ambos resultados têm como base o Índice (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE).

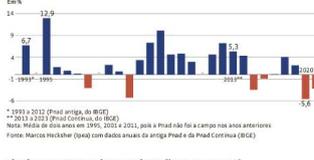
Nos 12 meses que antecederam o lançamento do Plano Real, em 1º de julho de 1994, a inflação chegou a 4.922% — e fechou aquele ano em 916%. Em 1995, despenchou-se a 22%, turbinando o poder de compra dos trabalhadores. Desta vez, a saída da inflação na renda foi marginal: caiu de 5,79% em 2022 para 4,62% no ano passado. A partir do segundo semestre de 2022 e ao longo de 2023, porém, o Brasil viveu uma explosão do gasto público, amplamente com efeitos multiplicadores na economia. A grande dívida se reverterá crescendo, ou mesmo se conseguirá manter-se no novo patamar — pois boa parte dela depende de dinheiro estatal, de mais déficit do aumento da dívida pública. Inicialmente, deu-se a estrutura de incentivos, benefícios e corte de impostos promovidos por Jair Bolsonaro (PS) na segunda metade de 2022 em sua tentativa de se reeleger. Depois, veio a PEC da Transição, de RS e de São Paulo, para que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pudesse gastar mais em 2023.

Lula também retomou a política de aumento para o salário mínimo acima da inflação (com ganhos para 26 milhões de aposentados no piso do INSS), concedeu reajustes ao funcionalismo público federal e reatou programas, como o Minha Casa, Minha Vida. Embalados pelo gasto público, os anos de 2022 e 2023 fecharam com alta do PIB acima da média dos anos pré-pandemia, em 7% e 9%, respectivamente. No mesmo período, a taxa de desemprego caiu de 9,6% para 7,8%. Mas, entre as principais medidas adotadas tanto por Bolsonaro quanto Lula, antes e depois da troca de governo, ficou a manutenção do benefício de R\$ 600 para milhões de famílias por meio do Auxílio Brasil (no segundo semestre de 2022) e do Bolsa Família (a partir de janeiro de 2023), quando foram acrescidos mais R\$ 150 por criança de 0 a 6 anos para as famílias beneficiárias. Em relação a antes da pandemia — e após o triênio 2020-2022 aditivo para a renda —, o Brasil triplicou o que depende com o Bolsa Família, passando de R\$ 1,6 bilhão para 4,5%. O programa prevê neste ano quase R\$ 70 bilhões para 21 milhões de famílias. Juntas, elas reúnem mais de um quarto da população.



Homem trabalha em estaleiro na cidade de Itapoá, em Pernambuco (Arquivo Assaf - EJA-23/19/Imagem)

Alta da massa real de rendimentos do trabalho é a maior desde o Plano Real



\* 1995 a 2022 (Prod. Interno, do IBGE)

\*\* 2020 a 2022 (Prod. Contínua, do IBGE)

Nota: Média de dois anos em 1995, 2001 e 2021, pois a Prad não foi a campo nos anos anteriores.

Fonte: Marcos Hecksher (Ipea) com dados anuais da origem Prad e da Carga (IBGE)

Alta dos componentes da massa de rendimentos em 2023\*



\* Soma dos rendimentos brutos recebidos por todos os pessoas ocupadas em todos os trabalhos decretada e infante.

Fonte: Marcos Hecksher (Ipea) com dados anuais da Prad e do IBGE

O economista lembra que o direcionamento de 1,5% do PIB para o Bolsa Família deve ser recorrente, ou seja, sem previsão de interrupção nos próximos anos — não ser que haja uma crise fiscal de grandes proporções. Isso tende a impulsionar a economia. Não foi um realismo temporário, diz.

Para Hecksher, do Ipea, os gastos públicos adicionais a partir do segundo semestre de 2022 explicam muito do aumento da renda em 2023. Já havia o efeito carregamento (de 2022 para 2023) da turbulência do Auxílio Brasil no final do governo Bolsonaro. Por causa disso, foram colocadas mais cotas, tanto no Bolsa Família como em outros programas, diz.

Pelas suas contas, o aumento real (acima da inflação) do salário mínimo em 2022 foi o maior desde 2021, atingindo 4,4% na média do ano. 'Alí você tem efeitos diretos no mercado de trabalho e indiretos via Previdência. Em todas as aposentadorias e pensões, que são a segunda maior fonte de renda das famílias na Prad Contínua, através do trabalho, cuja renda cresceu fortemente em 2023'. Em termos de ganhos de renda em 2023, a maior variação real positiva deu-se entre trabalhadores do setor privado sem carteira (14,9%).

São normalmente aqueles que pertencem às famílias mais pobres e que as atendem com seu trabalho — e o Bolsa Família, de um modo geral, tem considerável penetração nos dois grupos. Entre os trabalhadores formais do setor privado, no entanto, o garfo nos rendimentos foi de apenas 4,9%. Mas, em recuperações econômicas, esperava-se aumento do emprego e da renda começa a ganhar tração primeiro no setor informal. Já, no entanto, dois grandes eixos do horizonte de recuperação do trabalho e da renda. O primeiro é o fiscal. O novo arcabouço do governo Lula tem como meta zerar o déficit da União neste ano, mas muitos economistas não acreditam que isso seja possível sem um corte de despesas.

Uma preocupação recorrente é que, como o PIB de 2023 mostrou uma economia paralisada na segunda metade do ano — após o forte impulso fiscal do segundo semestre de 2022 e dos gastos maiores no começo do ano passado —, existe o risco de o governo Lula tentar voltar a pisar no acelerador do gasto, com impacto no déficit e na dívida pública. Ao contrário de políticas 'pró-pobres' como as defesas por Neri, o governo também vem anunciando ou renovando outros gastos e investimentos em setores, até por pressão do Congresso — que pode mirar a capacidade futura de sustentar políticas 'pró-pobres'.

O segundo risco é a inflação. Em 2023, a taxa de investimentos na economia foi de apenas 16,5%, insuficiente para aumentar oferta de bens e serviços de forma sustentável. Com a renda crescendo, pressões inflacionárias podem voltar, colocando em xeque os cortes da taxa básica de juro (a Selic) pelo Banco Central. E são os juros menores que podem estimular investimentos produtivos para aumentar a oferta de bens e serviços.

Segundo André Brás, coordenador dos índices de preços do FGV (Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas), a inflação no setor de serviços (dos preços da economia) é o 'grande desafio para 2024'. Brás projeta o IPCA fechando perto de 4% neste ano, mas alerta para o risco fiscal. 'Temos aí um problema. A prioridade deveria ser atacar isso, diminuindo o risco país. Já percebo que investidores internacionais têm do Brasil) e estabilizar a taxa de câmbio', afirma. Caso contrário, se o dólar subir, de será um poderoso canal inflacionário pela via das importações — podendo interromper a queda dos juros e o aumento dos rendimentos do trabalho no Brasil.

Se fizermos um negócio focado nos pobres, guardando recursos fiscais para o que é mais 'pró-pobre' possível, o efeito multiplicador é enorme

Marcelo Neri, diretor da FGV Social

Vários estudos mostram que esse tipo de benefício direto às famílias pobres tem grande potência multiplicadora na renda e no emprego. Trabalho organizado por Neri, da FGV Social, e outros autores mostrou que o Bolsa Família é, disparado, o programa que melhora a renda e o emprego de quem mais precisa. Numa escala em que todos os programas chegam realmente aos mais pobres, o alvo seria 1. O Bolsa Família chegou a 0,6. O ORC (Benefício de Prestação Continuada), ormai 'pró-pobre' dentro das transferências federais que são vinculadas ao salário mínimo, é 0,7 — muito longe da eficácia do Bolsa Família. Outro trabalho, de Marcelo Menezes Filho, do Centro Brasileiro de Pesquisa Aplicada à Economia (Cepae), mostra que, para cada R\$ 1 mais por capita direcionado em um programa como o Bolsa Família, o PIB per capita do município onde o dinheiro é gasto cresce R\$ 4. Para Neri, uma das principais explicações para o salto da renda em 2023 pode estar no efeito do Bolsa Família. 'Se fizermos um negócio focado nos pobres, guardando recursos fiscais para o que é mais 'pró-pobre' possível, o efeito multiplicador é enorme. Vamos combater a pobreza e a desigualdade e viver em plena macroeconomia considerável em termos não só de renda, mas de emprego', afirma.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 17